

# O FUTURO

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO - PCBR



Partidos, sindicatos e movimentos sociais em manifestação em defesa da soberania nacional em São José dos Campos (SP). Foto: Jornal O Futuro

## TARIFAÇÃO EXPÕE FARSA DA SOBERANIA

Donald Trump, em seu segundo mandato, lançou uma guerra comercial global impondo tarifas de até 50% sobre Brasil e Índia, muito acima das aplicadas à União Europeia e à China. Para o Brasil, dependente da exportação de bens primários, o tarifaço escancarou a fragilidade de uma economia subordinada ao imperialismo. O governo Lula-Alckmin respondeu com o pacote "Brasil Soberano", de R\$ 30 bilhões em crédito, seguros e subsídios para exportadores, socializando prejuízos

do agronegócio e transferindo recursos públicos ao capital, enquanto mantém intocada a estrutura de poder. Assim, a retórica de soberania nacional se mostra limitada, pois os custos recaem sobre a classe trabalhadora, que sofre com cortes em áreas sociais e maior pressão inflacionária.

O tarifaço atinge diretamente o proletariado: trabalhadores rurais enfrentam demissões e alta dos alimentos, industriais sofrem com insumos encarecidos, e os precarizados, como en-

tregadores, veem seus custos diários dispararem. Para que os custos da crise não recaiam sobre os trabalhadores, seria necessário romper com a lógica de defesa da burguesia, redistribuir terras para cooperativas sob controle dos trabalhadores, nacionalizar frigoríficos e empresas de logística, além de priorizar a produção para o mercado interno. Apenas uma ruptura com o sistema imperialista e a socialização dos meios de produção poderiam garantir uma soberania efetiva. **pág. 3**

### Brasil e EUA realizarão exercícios militares na caatinga brasileira em meio a tarifaço de Trump

Entre 1º e 14 de novembro de 2025, o Brasil sediará o exercício militar conjunto CORE 25, com até 300 soldados dos EUA treinando em Pernambuco, fruto de acordos iniciados em 2020 no governo Bolsonaro. A operação ocorre em meio à escalada de tensões após Donald Trump impor tarifas de 50% sobre produtos brasileiros, afetando mais da metade das exportações ao país. **pág. 5**

#### GRITO POR SOBERANIA:

Grito dos Excluídos de 2025 aborda temática sobre soberania frente aos recentes ataques de Donald Trump. **pág 7**

#### LULA VETA MAS MANTÉM:

PL da devastação tem vetos limitados e mantém retrocessos. **pág 8**

#### SERVIDORES FEDERAIS MOBILIZADOS:

Mais de um ano depois, o acordo negociado com o governo ainda não foi cumprido. **pág 11**

#### ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:

Enquanto Lula destina parte do Fundo do Pré-Sal para assistência estudantil, lucros ficam com monopólios. **pág 10**

Editorial

## INDEPENDÊNCIA-DE QUEM?

A história nos prega peças com suas coincidências. Nas proximidades do dia 7 de Setembro, comemoração oficial da Independência do Brasil, vimos os últimos meses serem palco de diversas provocações de Donald Trump contra o nosso país. Não faltou, no campo governista, aqueles que tenham aproveitado isso para tentar disfarçar o atual governo como “anti-imperialista” ou coisa que o valha.

É impossível falar em anti-imperialismo sem falar em anticapitalismo, em luta pela revolução socialista no Brasil. E fica difícil falar com coerência em anti-imperialismo quando o atual governo aprofunda o papel primário-exportador do país, apoiando o Acordo Mercosul-UE e a construção da Ferrogrão; quando acena para o “imperialismo verde” dos monopólios franceses na divulgação da COP 30; ou quando se recusa a romper relações com o Estado genocida de Israel. A agitação governista é uma máscara oportunista para a luta necessária contra a provocação imperialista de Trump – que não pode ser combatida com a unidade entre trabalhadores e burguesia, essa sempre afeita a rifar os interesses brasileiros em prol de seus lucros.

Podemos falar, então, verdadeiramente de “independência”? Se é verdade que o Brasil teve sua independência política formal em 1822, suas relações de interdependência com o sistema imperialista mundial seguem a todo vapor. Nossa posição intermediária – que importa capitais do centro do imperialismo e exporta capitais para países ainda menos desenvolvidos – confere uma particular importância para a luta dos trabalhadores em nosso país, que têm a tarefa árdua de derrotar não apenas a “nossa” burguesia, mas também suas infinitas conexões com a classe dominante nos mais diversos países do mundo.

O que significa, então, falar de independência? Assim como “democracia”, essa palavra pode ter muitos significados distintos. Para os trabalhadores, a primeira classe na história da humanidade a unir-se internacionalmente pelos mesmos interesses, superando as fronteiras nacionais, o fundamental é a independência política da nossa classe. Vivemos sob as botas – literais e metafóricas – da burguesia e desenvolver nossa ideologia, nossa organização, nossa visão de mundo e nosso Partido é condição necessária para que possamos fazer frente aos que nos exploram e oprimem.

Sem a independência política da classe trabalhadora, nenhum esforço de luta será bem-sucedido. Estaremos sempre dependendo das ideias e dos interesses alheios, “marchando sob bandeira alheia”, como dizia Vladimir Lênin, e nunca os interesses objetivos da nossa classe terão sucesso.

Por isso, neste 7 de Setembro, temos que questionar a Independência do Brasil – econômica, militar, política, diplomática? Sim. Mas principalmente devemos olhar criticamente para como a nossa classe vem lutando por sua independência política, construindo seus próprios instrumentos e se preparando para a luta final. Temos muito a fazer para conquistar, de verdade, essa independência.

Economia

## EUA e China devem estender “trégua” na guerra comercial por mais 90 dias



Presidente da China, Xi Jinping, e o presidente dos EUA, Donald Trump durante jantar após a cúpula do G20 em Buenos Aires. Foto: Kevin Lamarque/Reuters

Com a ascensão da economia chinesa no cenário internacional, os Estados Unidos têm buscado adotar diversas medidas para se blindar e preservar sua posição de liderança global. Esse movimento tem resultado em uma escalada crescente da rivalidade entre as duas maiores economias do mundo, caracterizada por tensões comerciais, tecnológicas e geopolíticas.

No início de abril, o então presidente Donald Trump anunciou a aplicação de uma tarifa de 34% sobre produtos chineses, medida justificada por Washington como necessária para proteger a indústria nacional e corrigir o que considerava práticas comerciais desleais por parte de Pequim. Como consequência, sucederam-se sucessivos ataques e contra-ataques de ambos os lados, resultando, atualmente, em tarifas norte-americanas que somam cerca de 145% sobre produtos chineses e em tarifas de aproximadamente 125% aplicadas pela China sobre mercadorias importadas dos Estados Unidos.

Nesse contexto de crescente tensão, e preocupação de uma possível recessão na economia global, os Estados Unidos e a China decidiram estender por mais 90 dias a trégua tarifária, conforme noticiado pelo jornal chinês South China Morning Post, no dia 27 de julho. A medida buscava abrir espaço para novas rodadas de negociação, ainda que marcada por desconfiança mútua e pela persistência de divergências estruturais em áreas como tecnologia, propriedade intelectual e subsídios estatais.

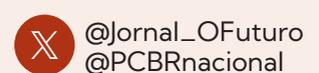
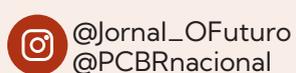
Embora as discussões anteriores em Genebra e Londres tenham se concentrado em uma possível “desescalada” das tensões comerciais, a nova rodada de negociações mostrou-se ainda mais complexa. Segundo três fontes familiarizadas com o assunto, citadas pela mesma reportagem, a delegação chinesa pretende pressionar a equipe comercial do então presidente Donald Trump não apenas sobre as tarifas bilaterais, mas também em relação às medidas impostas pelos Estados Unidos ao fentanil – substância

associada à crise de opioides no território norte-americano. Esse ponto adiciona uma dimensão sensível ao diálogo, conectando o tema do comércio internacional a questões de saúde pública e segurança nacional, o que torna a busca por consenso ainda mais desafiadora.

Portanto, é possível observar que a guerra tarifária não decorre apenas de divergências comerciais pontuais, mas reflete um reposicionamento estratégico mais amplo. Os Estados Unidos buscam preservar sua posição hegemônica diante da ascensão de uma China que, cada vez mais, consolida-se como ator central nas cadeias produtivas globais, na inovação tecnológica e na expansão de sua influência política e diplomática. Nesse cenário, as tarifas não devem ser vistas unicamente como instrumentos de proteção econômica, mas como parte de uma política de contenção destinada a frear o avanço chinês em áreas consideradas estratégicas.

As tréguas e negociações, portanto, não configuram soluções definitivas, mas sim momentos de respiro em um conflito estrutural e de longo prazo, marcado por assimetrias de poder e interesses incompatíveis. A retórica de “desescalada” se mostra mais como uma tentativa de gerenciar temporariamente os impactos imediatos – como a instabilidade dos mercados e a pressão sobre setores produtivos internos, do que como uma disposição real de cooperação mútua.

Além disso, a inclusão de questões não estritamente comerciais, como a crise do fentanil e disputas em torno da propriedade intelectual, evidencia que a rivalidade transcende a esfera econômica, assumindo contornos geopolíticos e securitários. Nesse sentido, a chamada “guerra comercial” deve ser compreendida como parte de um embate mais profundo pela configuração da ordem internacional do século XXI, e uma reconfiguração da ascensão chinesa como potência imperialista.



Leia também pela internet: [jornalofuturo.com.br](http://jornalofuturo.com.br)



Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita à linha de produção da da Volkswagen, em São Bernardo do Campo. São Bernardo do Campo - SP.

Economia

## A farsa da “soberania nacional” do governo Lula

Recém-eleito para seu segundo mandato como presidente dos Estados Unidos, Donald Trump inicia o seu primeiro ano de governo deflagrando uma verdadeira guerra comercial ao impor barreiras tarifárias contra praticamente todas as nações ao redor do mundo. Entretanto, o mandatário da Casa Branca escolheu alguns países que sofrerão maior impacto das tarifas. Enquanto a grande maioria da União Europeia recebeu tarifas em torno de apenas 10 a 15%, foi imposta contra a China e a África do Sul uma taxa geral de 30%. No entanto, Brasil e Índia serão afetados por uma tarifa maior, na ordem de 50%.

Assim, a imposição de tarifas pelo governo dos Estados Unidos contra produtos brasileiros é mais do que uma disputa comercial: é uma agressão imperialista. Sob o pretexto de proteger sua economia, a burguesia monopolista norte-americana busca preservar sua taxa de lucro e controlar o comércio mundial, ainda que isso signifique intensificar as contradições no sistema mundial de dominação imperialista. Nesse sentido, o objetivo é empurrar economias periféricas, como a brasileira, para uma posição que aprofunde sua dependência e submissão.

No caso do Brasil, país dependente e integrado de forma subordinada à divisão internacional do trabalho, tais tarifas expõem a fragilidade de uma economia voltada à exportação de bens primários. O agronegócio, setor diretamente afetado, é dominado por grandes latifundiários e corporações multinacionais que concentram riqueza e se apropriam do trabalho excedente de milhões de trabalhadores rurais. A redução das exportações, embora afete momentaneamente a rentabilidade desses grupos, é repassada rapidamente para o proletariado: cortes de postos de trabalho, arrocho salarial e intensificação da exploração para compensar as perdas do capital.

Neste contexto, o governo Lula respondeu com o plano “Brasil Soberano”, um pacote de R\$ 30 bilhões destinado a crédito facilitado, compras públicas, adiamento de tributos e seguros para exportadores. Tais medidas, sob o pretexto

de “proteger empregos”, acabam socializando prejuízos do capital enquanto mantém intocada a estrutura de propriedade e poder. Trata-se de mais uma transferência de recursos públicos para garantir a sobrevivência dos lucros privados.

A situação é emblemática uma vez que o governo federal, desde o início do mandato, vem seguindo fielmente a cartilha de “responsabilidade fiscal”. Entretanto, essa “responsabilidade fiscal” apenas existe quando se deseja destruir direitos duramente conquistados pelo proletariado, como o sucateamento das universidades públicas e o aumento nas restrições para concessão de benefícios previdenciários. Quando se trata de defender os interesses dos grandes empresários afetados pela política tarifária dos Estados Unidos, o presidente Lula alardeia aos quatro ventos uma suposta defesa da “soberania nacional”, o que, na verdade, esconde um discurso de defesa da burguesia interna.

O episódio demonstra que, dentro do marco do capitalismo dependente, as medidas chamadas de “defesa da soberania” não passam de paliativos para manter a inserção subordinada do país na economia mundial. O proletariado, no entanto, arca com os custos: os recursos destinados a este pacote sairão do fundo público, alimentado principalmente por impostos regressivos, enquanto programas sociais e investimentos em saúde, educação e infraestrutura tendem a sofrer cortes futuros em nome do equilíbrio fiscal.

Enquanto o mercado externo se fecha, a burguesia “nacional” não investe em industrialização soberana nem em diversificação produtiva, pois seus interesses estão intrinsecamente ligados ao sistema imperialista e à manutenção da ordem vigente. Assim, o “Brasil Soberano” funciona como um mecanismo de amortecimento das contradições internas do capitalismo dependente, garantindo que a crise aberta pelo protecionismo norte-americano não ameace a estabilidade do sistema.

A única soberania efetiva virá da ruptura com o sistema imperialista, da expropriação dos meios de produção da burguesia nacional e

estrangeira, e da construção de uma economia socialista planejada.

### Os empresários entregam os trabalhadores à própria sorte

Esse movimento repercute diretamente no custo de vida do proletariado. Alimentos básicos, como carne e café, sofrem aumento de preços em função da instabilidade comercial e da pressão inflacionária sobre cadeias de abastecimento. Mesmo produtos não diretamente tarifados acabam sendo encarecidos, seja por insumos importados mais caros, seja pela transferência de custos ao consumidor final. A classe trabalhadora, que já destina a maior parte de sua renda à alimentação, transporte e moradia, sente de forma aguda essa elevação de preços, pois não dispõe de mecanismos de proteção inflacionária como reajustes automáticos ou reservas financeiras, diferentemente dos grandes empresários.

Ao mesmo tempo, o encarecimento do custo de vida coincide com um cenário de precarização das relações de trabalho. Empresas impactadas pelas tarifas cortam postos de trabalho, congelam contratações e intensificam a exploração dos trabalhadores remanescentes. Isso significa que o proletariado sofre simultaneamente com renda estagnada ou reduzida e com despesas crescentes.

O tarifaço terá efeito generalizado entre diferentes setores da classe trabalhadora. Entretanto, o trabalhador rural é o mais diretamente afetado pela ofensiva tarifária, especialmente nos setores do agronegócio voltados à exportação. Muitos assalariados rurais têm vínculos de trabalho precários, sem estabilidade ou direitos plenos, o que facilita sua demissão imediata. Além disso, a queda da demanda externa não se traduz em preços mais baixos no mercado interno: o latifúndio prefere reduzir a oferta para manter margens, o que eleva o custo dos alimentos e impacta o próprio trabalhador rural enquanto consumidor.

O proletariado industrial brasileiro será afetado indiretamente,

uma vez que diversas fábricas dependem de insumos agrícolas para a produção de alimentos processados ou de matérias-primas que agora estão mais caras devido às distorções comerciais e ao encarecimento do transporte e da energia. Os empresários industriais repassam esses custos ao trabalhador, ao mesmo tempo em que o pressionam por mais produtividade com o mesmo salário.

Em paralelo a isso, trabalhadores de aplicativos, entregadores e motoristas, já submetidos a um regime de superexploração, veem seus custos diários aumentarem (combustível, alimentação), enquanto a demanda oscila. O resultado é mais horas trabalhadas para manter a mesma renda, acentuando a alienação e a precarização.

Portanto, quais medidas concretas deveriam ser tomadas, impedindo que os custos dessa guerra comercial tenham efeito sobre o proletariado?

Ao invés de direcionar recursos do fundo público para defender o setor exportador, o necessário seria redistribuir terras improdutivas ou voltadas exclusivamente à exportação, formando cooperativas de produção administradas pelos trabalhadores, com garantia de assistência técnica, crédito estatal e acesso a insumos para produção de alimentos a preços acessíveis para o mercado interno.

Além disso, direcionar investimentos públicos para a produção nacional de insumos hoje dependentes de importações afetadas por tarifas ou sanções. Integrar, sob propriedade pública, os principais frigoríficos, armazéns e empresas de logística, impedindo que o mercado interno seja refém da lógica especulativa do agronegócio, para garantir preços justos, com estabilidade no emprego. Em conjunto, utilizar essas empresas como instrumentos de planejamento econômico, priorizando produção para consumo interno ao invés de exportações.

Ou seja: nacionalizar e colocar sob controle democrático da classe trabalhadora as exportações de produtos estratégicos como café, carne e minérios.

Economia

# O autoritarismo de Donald Trump e a erosão da democracia americana

*Como as decisões arbitrárias e reacionárias de Trump podem acelerar o declínio do império estadunidense.*

Donald Trump conseguiu se tornar presidente dos EUA uma segunda vez, iniciando seu mandato em 20 de janeiro de 2025, e adotando expressamente seu característico lema de America First (que seria algo como América em primeiro lugar). Um dos carros chefe da campanha eleitoral foram as tarifas de importação para reduzir o déficit comercial, proteger a indústria nacional e beneficiar trabalhadores estadunidenses. Porém, nem tudo tem saído conforme o planejado.

No atual cenário, de acordo com pesquisas de opinião mais recentes, 2/3 dos estadunidenses acreditam que o governo está encobrindo evidências a respeito das denúncias de participação no escândalo com uma rede que promovia exploração sexual, inclusive de menores de idade, ligada ao magnata do mercado financeiro Jeffrey Epstein. Com a repercussão negativa do caso, o governo Trump vê sua popularidade interna cair continuamente.

Em menos de dois meses de mandato, Trump viu a diferença entre a rejeição e a aprovação se tornar negativa. Ele havia sido eleito com um saldo positivo na aprovação, embalado pelo pessimismo em relação ao cenário econômico de inflação durante o governo Biden, associado ao conteúdo das suas promessas de campanha, que envolviam, especialmente, aumento na renda, combate à inflação, ampliação do número de empregos, prosperidade para a classe média estadunidense. Embora tenha sido avaliado positivamente em um primeiro momento, depois de iniciar uma guerra comercial contra praticamente todo o mundo, essa avaliação tem sido negativa no geral, e em queda.

Entre os assuntos que aparecem como mais relevantes para a opinião pública segundo pesquisa da empresa YouGov, em primeiro lugar aparece a questão inflacionária e de preços com 20% das respostas, em segundo a economia e empregos com uma média de 14%, seguido de questões ligadas à saúde com 11%, e na sequência aparecem impostos, direitos civis e imigração, com menos de 10% das respostas cada.

Apesar da pressão negativa que escândalos como o do caso Epstein trazem na popularidade do governo, as pesquisas apontam que temas ligados à economia estão no centro das preocupações da população dos EUA. Olhando retrospectivamente, Donald Trump iniciou uma série de embates na seara econômica, ainda no início de abril com o anúncio conhecido como "Liberation Day", ou dia da libertação em tradução livre, por meio do



Foto: Jim Watson/AFP.

qual declarou a intenção de impor um conjunto de tarifas sobre praticamente todos os países do mundo.

Diante da medida, a reação geral foi de incertezas, com as bolsas estadunidenses reagindo com bastante instabilidade ao longo dos meses que se seguiram, e os índices de empregos mostram uma situação que pode preocupar, como apontam pesquisas a exemplo da realizada pela firma de investimentos canadense BCA Research, divulgada em matéria da Folha de São Paulo. Aponta-se que o mercado de trabalho se encontra em dada situação, que qualquer queda adicional nas atividades pode resultar em aumento significativo do desemprego. O aumento das tarifas de importação, incidindo diretamente sobre os preços de matérias-primas, teve consequências já percebidas no setor da indústria e os empregos têm o menor número em cinco anos. No setor de manufatura, o índice PMI, que identifica se determinado ramo está em expansão ou contração, apontou para uma tendência de queda a partir de menor número de encomendas e consequente baixa na produção.

A frustração com o baixo desempenho na questão do emprego pôde ser notado com a demissão da responsável pelo Departamento de Estatísticas do Trabalho (o equivalente ao IBGE no Brasil), Erika McEntarfer, sob acusações de manipulação nos dados, à semelhança do que havia feito Jair Bolsonaro com o diretor do Inpe no episódio da divulgação dos dados sobre desmatamento na floresta amazônica. Questão concreta é que os empregos não estão sendo criados na proporção que imaginou o governo

Trump, e a insatisfação está numa crescente.

Esse caráter autoritário tem aparecido também no descumprimento de decisões judiciais, como nos casos de deportações em massa. Valendo-se de uma legislação de 1798, e mesmo contra os tribunais e contra pessoas com vistos válidos, como em um caso da professora, especialista em transplante renal na Universidade de Brown, Rasha Alawieh, deportada para o Líbano.

Além de deportações, também são contabilizados ataques às instituições de ensino superior, mesmo as mais famosas e prestigiadas como Harvard. No início de abril, o governo Trump havia suspenso verbas na ordem de US\$ 1,8 bilhão em Harvard, Columbia, Princeton, Johns Hopkins e Universidade da Pensilvânia, com o argumento de que haveria uma suposta postura antissemita nessas instituições. Na prática se está sufocando e reprimindo manifestações contra o governo genocida de Israel e pró-palestina.

E a repressão acaba surtindo efeito já que as universidades dependem fortemente dos recursos federais para manter muitos programas de pesquisa. A verba representa algo em torno de 13% dos seus orçamentos. Com um corte no início de março, da ordem de US\$ 400 milhões destinados às bolsas, Columbia instituiu regras mais rígidas para realização de protestos e maior vigilância nos departamentos de estudos do Oriente Médio. O governo chegou a anunciar uma revisão de US\$ 9 bilhões em verbas federais destinadas à Harvard ao longo dos próximos anos, acusando a instituição de "promover ideologias

divisórias através da livre pesquisa" conforme a matéria divulgada no site G1.

Este mês, o ataque foi à Universidade da Califórnia, que teve congelados US\$ 584 milhões por conta de protestos pró-palestinos. Em meio aos protestos até grupos judaicos se fazem presentes, e criticam principalmente os ataques brutais de Israel em Gaza à população palestina, mas para o governo Trump, aliado incondicional do governo de Benjamin Netanyahu, trata-se de uma posição inaceitável. Uma postura semelhante já foi vista antes durante a Guerra no Vietnã, quando o governo do então presidente Richard Nixon cortou verbas federais das principais universidades em razão, também, de protestos contra a guerra.

Fica claro o intento autoritário do trumpismo, com viés facista, tentando silenciar internamente todas as vozes dissidentes. São ataques às instituições, incluindo destruição de programas de pesquisa, aparelhamento dos órgãos públicos, negacionismo escancarando, negando dados de pesquisa como no caso do mercado de trabalho, desrespeito de decisões judiciais.

Soma-se a isso o caos generalizado no trato com outros países por meio da aplicação de tarifas de importação de forma arbitrária e unilateral em busca de constranger parceiros comerciais a se dobrar. Esse foi o caso da União Européia, que recentemente fechou um acordo desfavorável, comprometendo-se a investir até US\$ 600 bilhões nos EUA, bem como adquirir US\$ 750 bilhões em energia, e mais ainda, permanecendo com tarifas de 15% sobre seus produtos em geral, e 50% sobre aço e alumínio. A repercussão foi negativa a tal ponto que a Presidente da União Européia, Ursula Von Der Leyen, foi criticada por outros líderes de países europeus.

Numa série de entrevistas ao longo dos últimos meses, o economista vencedor do Prêmio Nobel, Daron Acemoglu, aponta que a economia estadunidense é altamente dependente de inovações e que, no longo prazo, as medidas de Donald Trump tenderão a prejudicar esse padrão, já que serão ineficazes para aumentar significativamente o número de empregos, além de prejudicarem as cadeias de fornecimento para as empresas norte-americanas. Sob o discurso de combate de uma suposta ideologia progressista, Trump aposta em escalar no autoritarismo e reacionarismo. As consequências serão sentidas mais à frente, mas pode-se perceber um processo de fragilização do império.

Segurança Pública

# Brasil e EUA realizarão exercícios militares na caatinga brasileira em meio a tarifaço de Trump

Entre 1º e 14 de novembro de 2025, o Brasil sediará exercícios militares conjuntos com os EUA em Pernambuco. Realizada em meio a tensões comerciais, operação expõe vulnerabilidades estratégicas do país ao permitir que tropas estrangeiras conheçam o território nacional

Entre os dias 1º e 14 de novembro de 2025, está prevista a realização de exercícios militares conjuntos entre o Exército Brasileiro e as Forças Armadas dos Estados Unidos em Pernambuco. As atividades ocorrerão no 72º Batalhão de Infantaria da Caatinga, em Petrolina, e no Campo de Instrução Fazenda Tanque do Ferro, em Lagoa Grande. Até 300 militares dos EUA devem desembarcar no Brasil para o treinamento, que ficará sob a coordenação do Comando Militar do Nordeste (CMNE).

A preparação para a operação ocorre em meio ao agravamento das tensões comerciais entre os dois países, após o governo dos EUA, liderado pelo presidente Donald Trump, impor tarifas de 50% sobre produtos brasileiros, medida que incide diretamente sobre cerca de 50,7% da pauta exportadora brasileira destinada aos Estados Unidos.

O exercício conjunto, batizado de CORE 25 (Combined Operation and Rotation Exercise), é fruto de acordos firmados na XXXVI Conferência Bilateral de Estado-Maior (CBEM), realizada no Texas em outubro de 2020, ainda durante o governo Bolsonaro. Desde então, manobras similares já foram promovidas em São Paulo, em 2021, e nos Estados do Pará e Amapá, em 2023. O cronograma prevê a continuidade dos treinamentos anuais, alternadamente em cada país, até 2028.

Os exercícios refletem o aprofundamento da cooperação entre os exércitos brasileiro e estadunidense, mas também evidenciam a relação assimétrica entre as forças

A dependência tecnológica do Brasil é expressiva: radares, sistemas de comunicação criptografada, caças, embarcações e até munições fundamentais para a defesa nacional dependem de suporte dos EUA. Estimativas indicam que mais de 60% da base tecnológica das Forças Armadas brasileiras está atrelada a componentes e softwares sob jurisdição direta da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), comandada por Washington.

Essa dependência se traduz também em subordinação política. Em entrevista ao Diário de Pernambuco, o comandante do Comando Militar do Nordeste, general Maurílio Miranda Netto Ribeiro, revelou o papel do Exército Brasileiro como facilitador na transmissão de informações estratégicas às tropas estrangeiras, ao afirmar:

“A operação na caatinga, por sua vez, representa uma oportunidade ímpar para que os militares americanos se familiarizem com as condições desafiadoras desse bioma, conhecido por seu clima árido e vegetação específica e que corresponde aproximadamente a 80% da área da jurisdição do Comando Militar do Nordeste”.

A realização da operação contrasta com o discurso oficial de soberania do governo federal. Enquanto o Brasil enfrenta ataques tarifários que pressionam sua economia, o Exército permite que tropas estrangeiras se familiarizem com o território nacional — conhecimento considerado decisivo em qualquer conflito militar.

As tarifas impostas pelos Es-

tados Unidos funcionam como instrumento de pressão intervencionista, com objetivos estratégicos que vão desde favorecer empresas de capital estadunidense no desmantelamento do Pix até garantir vantagens na exploração de minerais críticos e terras raras. Nesse contexto, se a ofensiva econômica evoluir para uma intervenção de caráter militar, os exercícios conjuntos expõem o Brasil à vulnerabilidade significativa. Especialistas alertam que, em cenários de guerra, o domínio do território é crucial, e, ao permitir que tropas estrangeiras conheçam o terreno nacional, o Exército brasileiro entrega justamente a chave que sustenta qualquer estratégia de defesa.

O episódio expõe ainda o descompasso entre o Executivo e as Forças Armadas. Apesar do presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmar que o Brasil não abrirá mão de sua soberania diante das tarifas, a continuidade dos exercícios com os EUA reforça a percepção de autonomia das Forças Armadas frente ao governo civil.

Segundo os militares, um rompimento nas relações com os Estados Unidos seria inviável, pois provocaria um colapso na manutenção e no funcionamento dos equipamentos de Defesa. Argumentam que a substituição da parceria não é factível, já que outros fornecedores internacionais também recorrem à tecnologia de origem estadunidense e, sobretudo, devido ao programa FMS (Foreign Military Sales). Esse mecanismo permite a compra de equipamentos militares

de segunda linha a preços reduzidos — por meio dele, o Brasil adquiriu helicópteros Black Hawk, peças de veículos e sistemas de mísseis.

Escudadas nessa dependência tecnológica, as Forças Armadas pressionam o governo a fazer um acordo e a abandonar o que chamam de ponto de vista “ideológico”, ainda que tal posição contrarie os interesses nacionais. Nem os militares nem o Executivo, contudo, apresentam qualquer proposta concreta de diversificação de parcerias comerciais ou de um plano de investimentos capaz de reduzir a dependência tecnológica brasileira.

Até o momento, o governo brasileiro não reagiu de forma proporcional às medidas de Washington. Não houve aplicação de tarifas recíprocas, tampouco adoção de iniciativas estruturais, como a revisão da Lei de Patentes — que poderia fortalecer a indústria farmacêutica nacional — ou a flexibilização do arcabouço fiscal, que restringe investimentos públicos em áreas estratégicas.

Nesse cenário, a autorização para a realização da CORE 25, que depende exclusivamente de decreto presidencial, reforça a avaliação de que a reação do governo ao tarifaço e à ingerência estrangeira em assuntos internos permanece restrita ao campo retórico. A suspensão das manobras representaria um gesto efetivo de defesa dos interesses nacionais diante das agressões imperialistas, mas, até o momento, não há sinais de que essa medida esteja sendo considerada pelo Palácio do Planalto.



Foto: Exército Brasileiro/Divulgação.

Política

# Jones Manoel é ameaçado por neonazistas e responde: “Não temos tempo para ter medo!”

A ameaça, marcada por um discurso nazista e diversas ofensas racistas, foi recebida por e-mail e continha uma tentativa de extorsão e ameaças de morte. Dados pessoais e financeiros do militante também foram expostos na mensagem.

O comunicador popular e militante comunista Jones Manoel revelou, através de suas redes sociais, ter recebido ameaças de um grupo neonazista com atuação internacional. Segundo a nota, elaborada junto a seus advogados, a ameaça, marcada por um discurso nazista e diversas ofensas racistas, foi recebida por e-mail, no dia 20 de agosto, e continha uma tentativa de extorsão e a sugestão de que ele estaria “na linha da bala por mais de 6 meses”. Dados pessoais, incluindo informações sobre seus familiares, e financeiros, obtidos de forma ilegal, também foram expostos na mensagem.

As ameaças surgem em decorrência do crescente destaque do militante do PCBR e de suas intervenções no debate público brasileiro. No último mês, após uma expressiva ascensão de seu número de seguidores em redes sociais, decorrente da visibilidade dos debates nos quais veio participando, Jones Manoel teve suas contas no Instagram e Facebook derrubadas sem explicações. Antes da remoção de suas contas, operada pela big tech estadunidense Meta, os números do comunicador marxista já chegavam a 1 milhão de seguidores no Instagram e seu portal de notícias no YouTube, o canal Farol Brasil, atingia a marca de 500 mil inscritos.

O ato de censura sobre suas redes gerou grande repercussão e uma onda de solidariedade pública, com figuras da cultura, movimentos sociais, parlamentares e partidos políticos de esquerda exigindo a recuperação de seus perfis nas redes. As contas foram restabelecidas dois dias depois, novamente sem qualquer tipo de explicação, pela big tech sediada no Vale do Silício, nos EUA. Após a retomada das contas, seus números mantiveram a tendência de alta, com seu perfil no Instagram chegando a 1,3 milhões de seguidores e mais de 550 mil inscritos em seu portal no YouTube.

## As ameaças nazistas

O grupo neonazista que reivindica as ameaças de morte contra o militante



Foto/Reprodução: @buzatto.raw/página de Jones Manoel no Instagram

te comunista é a Brigada Hitlerista Brasileira (Atomwaffen Brasil), uma organização neonazista e terrorista com atuação internacional. Fundada em 2015, nos Estados Unidos da América, a rede da qual o grupo de supremacistas brancos pertence é conhecida por adotar métodos terroristas e de ameaças a jornalistas e ativistas das lutas antirracistas. Reportagens acerca da atuação dessa rede nos últimos anos demonstram que o grupo tem foco em recrutar jovens em fóruns online de extrema-direita, mas também já realizou campanhas de recrutamento em universidades.

Para além da particularidade do grupo que efetuou as ameaças, o modus operandi de coleta de informações e de envio de ameaças por e-mail é semelhante a casos recen-

tes que envolveram as deputadas Duda Salabert (PDT-MG) e Taliria Petroni (PSOL-RJ). A deputada Erika Hilton (PSOL-SP) foi outra liderança do campo progressista que também recebeu, recentemente, ameaças de conteúdo semelhante através de publicações no X (antigo Twitter). Todas foram ameaças realizadas após o brutal assassinato da vereadora Marielle Franco, do PSOL do Rio de Janeiro, em 2018.

Esses são apenas alguns dos casos, dentre os de maior visibilidade na imprensa, relativos a ameaças à lideranças identificadas com a esquerda e com lutas anti-opressão no país nos últimos anos. O Brasil apresenta uma recorrência histórica de casos de violência política contra lideranças de movimentos sociais e da esquerda, seja na cidade, no campo ou na

floresta. Em meio ao crescimento da extrema-direita no país, se explicitam ainda mais os relatos de crescimento de grupos neonazistas e de milícias rurais financiadas por grandes latifundiários, bem como dos métodos violentos dos quais se utilizam.

## A luta comunista frente às ameaças

Em entrevista ao programa Brasil Urgente Pernambuco, da TV Tribuna – afiliada ao Grupo Bandeirantes no Estado –, Jones Manoel afirmou que a tática nazista de intimidação, historicamente utilizada por grupos supremacistas, não surtirá efeitos em sua atuação política. O militante indicou que buscará a denúncia mais ampla possível e a garantia de segurança para si e seus familiares, também citados na ameaça.

Parte dos dados elencados na mensagem contida no e-mail não eram públicos, o que levanta a possibilidade de hackeamento ou de vazamentos de dados operados por algum servidor público que tenha conexão com o grupo. Ainda que não seja a primeira ameaça sofrida, o comunicador marxista relatou que o grau de detalhamento dos dados o faz considerá-la a mais grave já recebida.

O militante cobrou também, como vem fazendo em outras intervenções públicas, uma investigação séria – não apenas em seu caso – que garanta a punição e prisão dos responsáveis por esses grupos que “pregam discurso de ódio e atacam minorias, o movimento feminista, o movimento negro e o movimento LGBT”.

Em declaração ao site Alma Preta, ao comentar sobre os próximos passos da luta política em meio às denúncias, o militante do PCBR afirmou:

*Como disse Marighella, nós, comunistas, não temos tempo para ter medo. A gente tem tarefas urgentes para cumprir na luta pela Revolução Brasileira e pelo poder popular, e vamos enfrentando todo tipo de ameaça, venha de onde vier.*



## QUER SE ORGANIZAR COM O PCBR E A UJC?

O PCBR e a UJC têm reafirmado a necessidade da reconstrução revolucionária do movimento comunista no Brasil. Com a finalização do nosso congresso, pretendemos avançar na organização e nas lutas da classe trabalhadora em todo o território nacional.

Frente a um capitalismo que, a cada dia, explora mais, oprime, devasta o meio ambiente e avança na política neoliberal e na retirada de direitos, nossa saída e resposta devem ser apenas uma: a organização da nossa luta e a revolução socialista!

Se você tem interesse em construir essa luta, junte-se às nossas fileiras!

Preencha o formulário através do QR Code:



Luta ideológica

# Grito dos Excluídos, internacionalismo proletário e a luta pela soberania

Por Stella e G.C.

O Grito dos Excluídos de 2025 traz o mote “Cuidar da casa comum e da democracia é luta de todo dia”. Desde sua criação na década de 90, o Grito dos Excluídos é um importante momento de mobilização de movimentos sociais, organizações políticas e pastorais católicas para a denúncia de desigualdades históricas do Brasil. A temática deste ano encontra respaldo em temas de expressiva repercussão nacional, como a crise ambiental e a soberania nacional. Entretanto, os comunistas precisam endurecer o debate acerca desses dois temas, primeiro por compreender a questão ambiental numa perspectiva anti-imperialista, e segundo por trazer à luz o real debate sobre soberania a ser feito.

Se, por um lado, a realização da 30ª Conferência das Partes (COP30) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima em Belém do Pará vem sendo vendida como um marco histórico para o Brasil e para os países intermediários na cadeia imperialista, por outro, os recentes ataques de Donald Trump à soberania brasileira colocam o debate sobre a soberania nacional como algo a ser amplamente defendido. Enquanto Lula rebate as declarações de Trump com um discurso de construção de uma nova governança mundial, se alia às potências do BRICS para vender a imagem de que o Brasil tem se tornado líder na luta contra a crise climática. Porém, o que se esconde por trás tanto da defesa da soberania, quanto deste espetáculo “verde” é, na realidade, um novo arranjo de exploração e espoliação dos povos trabalhadores, especialmente da Amazônia. Em recente declaração em Bogotá, inclusive, Lula anunciou que fez convite a Trump para participar da COP30.

Em paralelo a isso, o BRICS — bloco que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, recentemente ampliado para incluir novos países — se apresenta pretensamente como alternativa ao imperialismo ocidental. No entanto, sua essência é a mesma: um instrumento de dominação capitalista, que busca expandir mercados, controlar recursos estratégicos e garantir novas rotas de acumulação de capital, cumprindo o seu caráter parasitário. A COP30, nesse sentido, é apenas mais uma etapa de celebração desse projeto. As negociações climáticas internacionais, longe de representarem uma ruptura com o modelo predatório, têm servido para legitimar mecanismos de “financeirização da natureza”, como os créditos de carbono. Esses dispositivos transformam a floresta amazônica, o cerrado e outros biomas em ativos financeiros, controlados por bancos e corporações. O discurso da “sustentabilidade” é usado para perpetuar a desigualdade: enquanto as grandes potências poluidoras seguem intocadas, os povos indígenas, camponeses e tra-

balhadores são pressionados a aceitar restrições sobre seus territórios e formas de vida.

Na prática, o BRICS se alia a esse esquema. A China e a Índia, potências industriais em expansão, necessitam garantir o acesso a matérias-primas e energia barata. O Brasil, como parte subordinada, oferece a Amazônia como moeda de troca — seja pela exploração mineral, pela expansão do agronegócio “verde” ou pela inserção nos mercados de créditos de carbono. O que se apresenta como “cooperação entre países emergentes” é, na verdade, uma divisão imperialista do saque. A COP30 em Belém não representa a salvação da Amazônia, mas sua entrega formal ao capital transnacional, agora com uma roupagem “multipolar”, que é nada menos que a aliança das burguesias internacionais do BRICS. O imperialismo verde do BRICS, consubstanciado na declaração de sua 17ª Cúpula, não difere em essência do imperialismo norte-americano e europeu: ambos exploram os trabalhadores, destroem a natureza e subordinam nações inteiras à lógica da acumulação. Como resultado da 17ª Cúpula do BRICS, o Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, na sigla em inglês) prevê a arrecadação de US\$ 300 bilhões por ano até 2035 para os países em desenvolvimento, com vistas a escalonar o valor a US\$ 1,3 trilhão. Porém, esses valores só serão arrecadados por meio de captação de recursos do mercado privado, que só se compromete com a lucratividade a curto prazo, o que entra em frontal contradição com o objetivo de preservação das florestas a longo prazo.

A tentativa de um chamado à defesa da “soberania”, feito pelos setores governistas neste Sete de Setembro, repete o mesmo discurso abstrato de décadas passadas: apelos genéricos à unidade nacional, sem qualquer enfrentamento real ao capital financeiro internacional ou ao domínio das grandes corporações. Ao mesmo tempo em que fala em independência, o governo organiza sua política externa em torno de agendas e espaços que aprofundam a dependência ao imperialismo — seja em sua versão estadunidense-europeia, seja na sua mais nova variante que se apresenta como multipolar.

O nacionalismo burguês foi e sempre será uma armadilha. Enquanto ferramenta que armou a ascensão das burguesias nacionais em torno de um desenvolvimento sob pretexto do fortalecimento do Estado-nação, continua servindo para mobilizar o povo em torno de símbolos patrióticos, enquanto as riquezas da Amazônia são negociadas em mercados de carbono, o agronegócio segue devastando territórios, e os bancos ditam o rumo da economia na lógica do aprofundamento do capitalismo monopolista. O apelo à “soberania” nunca toca no ponto central: o poder político e econômico continua



nas mãos de uma minoria exploradora. Mais que isso, o chamado à soberania nacional por parte do governo, explícito nas recentes declarações de Lula, não tem qualquer compromisso com a caracterização do Estado nacional como a formação mais adequada à satisfação das exigências do capitalismo moderno. Na prática, essa defesa está longe de colocar no centro do debate a autodeterminação dos povos nos termos colocados por Lênin, mas sim na manutenção das agendas das burguesias nacional e internacional em torno de seus interesses.

Nesse sentido, o debate sobre soberania nacional só começará a se comprometer de fato com a classe trabalhadora quando abrir um profundo e intenso espaço de debate para temas que afetam diretamente o caráter dependente do capitalismo brasileiro, como a retomada e o desenvolvimento da política nuclear brasileira para transição energética e a superação da dependência tecnológica brasileira. A saída trazida pelo multipolarismo tão alardeado atualmente não só aprofunda as desigualdades sociais no interior do Brasil, como não produz o enfrentamento ao agronegócio e sequer traz qualquer perspectiva de debate sobre formas de debilitar a dominação da burguesia contra trabalhadores e todas demais camadas oprimidas do povo, como a nacionalização das terras.

A luta política a ser travada para levar tais questões adiante, assim como tantas outras, demonstrará as limitações do atual modo de produção e aprofundará as contradições colocadas para todo o conjunto do povo brasileiro. Tais contradições não dizem respeito somente à esfera nacional, mas também à internacional. Se o capitalismo brasileiro ocupa lugar entre as 10 maiores economias do mundo, também o seu proletariado tem um papel internacional a desempenhar.

Pergunte aos pequenos e médios fazendeiros europeus o que pensam sobre o acordo de livre-comércio entre o Mercosul e a União Europeia; pergunte aos palestinos o que pensam de petróleo brasileiro abastecer de combustível os tanques e jatos israelenses; pergunte ao haitianos que herança foi deixada pelo Brasil em sua missão por lá.

A defesa de uma verdadeira soberania, de um projeto nacional proletário — e não burguês —, para o Brasil está diretamente atrelado aos interesses, também, dos povos oprimidos e explorados de todo o mundo. A cada vitória nossa, a cada avanço, assim o é também para os demais povos do mundo inteiro.

É urgente que se denuncie todas as formas de ataque à soberania nacional, mas isso só será verdadeiramente possível se superarmos o discurso de um nacionalismo burguês que nada traz de avanço para a classe trabalhadora. Essa é uma luta que só poderá nascer se for organizada por todos os trabalhadores, povos indígenas e demais explorados!



Partidos, sindicatos e movimentos sociais em manifestação em defesa da soberania nacional em Porto Alegre (RS). Foto: Jornal O Futuro

Agronegócio e Clima

# PL da Devastação: Vetos Limitados, Retrocessos Mantidos

Vetos não evitam retrocessos: licenciamento ambiental segue enfraquecido e biomas ameaçados.

por Fernanda Beatriz

No dia 8 de agosto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, com vetos, o Projeto de Lei 2.159/2021, conhecido pelos movimentos socioambientais como “PL da Devastação”. Aprovada sob forte pressão da bancada ruralista, a proposta desmonta pilares históricos do licenciamento ambiental no Brasil, fragilizando instrumentos que há décadas funcionam como barreira contra a destruição de biomas e territórios tradicionais. Embora o governo tenha barrado alguns pontos considerados mais críticos, a maior parte da estrutura que flexibiliza regras e favorece grandes empreendimentos foi mantida.

O Planalto buscou apresentar os vetos como um gesto de responsabilidade ambiental, especialmente no contexto da preparação do país para sediar a COP30, em Belém, em 2025. No entanto, especialistas, organizações socioambientais e movimentos populares alertam que a lei, mesmo com cortes promovidos pelo Executivo, representa um enorme retrocesso. As mudanças aprovadas consolidam a lógica do licenciamento por adesão e compromisso, que permite a liberação automática de atividades potencialmente impactantes, sem estudos técnicos detalhados nem participação social. Assim, abre-se caminho para ampliar a degradação ambiental, legalizar práticas nocivas e enfraquecer o papel fiscalizador do Estado.

Esse movimento do governo ocorre em um momento delicado. A COP30, muito aquém de um espaço de compromisso real com o enfrentamento da crise climática, tende a se transformar em vitrine para os interesses do capital nacional e internacional, que se apresentam com discurso “verde” enquanto aprofundam o modelo predatório responsável pela crise ambiental. Lula tem apostado na narrativa da transição ecológica e da sustentabilidade como estratégia de projeção global, mas mostra-se incapaz de romper com as bases estruturais do desenvolvimento extrativista e destrutivo que sustentam o atual modelo econômico.

A opção por uma reação tímida diante de um projeto amplamente criticado reflete essa contradição. Interlocutores do Planalto confirmaram que, mesmo diante de pareceres técnicos contundentes de órgãos ambientais e especialistas, a decisão final coube ao presidente. A elevada politização do tema e o temor de desgaste com o Congresso pesaram mais que as críticas ambientais. Essa escolha pragmática expõe os limites da agenda socioambiental do governo, cada vez mais condicionada pela força do lobby ruralista e pelas pressões por maior “agilidade” nos processos de licenciamento.



Ato contra o PL da Devastação em Salvador (BA). Foto: Jornal O Futuro.

## Vetos do PL da Devastação

Entre os vetos mais relevantes promovidos pelo presidente Lula estão o §1º do art. 4º, os incisos XXXV e XXXVI do art. 3º e o §1º do art. 18. Esses dispositivos buscavam permitir que Estados e Municípios definissem livremente atividades dispensadas de licenciamento ou alterassem critérios técnicos de porte e potencial poluidor. Ao vetá-los, o governo preservou a uniformidade técnica nacional e a competência normativa da União, evitando a fragmentação da política ambiental em dezenas de legislações locais.

Também foram barradas ampliações abusivas de dispensas e simplificações previstas nos arts. 8º, 9º, 10, 11, 22 e em trechos dos arts. 25 e 26. Essas normas incluíam listas extensas de atividades isentas de licenciamento, possibilidade de aprovação automática por decurso de prazo e generalização da Licença por Adesão e Compromisso (LAC). Com os vetos, empreendimentos de risco significativo seguem obrigados a passar por análise técnica e a realizar estudos ambientais.

Outros vetos importantes recaíram sobre os arts. 42, 43 e 44, que tentavam esvaziar o poder de órgãos gestores e excluir terras indígenas e quilombolas das salvaguardas legais. A decisão manteve a vinculação dos pareceres técnicos e garantiu que empreendimentos que ameacem povos e territórios tradicionais possam ser barrados ou condicionados. Dispositivos como os arts. 58 e 66 também foram rejeitados, impedindo retrocessos jurídicos e mantendo a competência federal na proteção da Mata Atlântica. Além disso, foram cortadas simplificações que poderiam permitir intervenções em Áreas de Preservação Permanente (APPs) ou a aprovação de obras de saneamento e energia sem análise dos impactos cumulativos, conforme previa o §7º do art. 9º e o caput do art. 10.

Apesar dessas salvaguardas, a lei mantém dispositivos que fra-

gilizam o licenciamento, ignoram a consulta prévia prevista na Convenção 169 da OIT e abrem brechas para acelerar projetos sem proteção adequada. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) destacou que é fundamental o Congresso manter os vetos presidenciais e que o Governo Federal avance para recompor garantias suprimidas pelo Legislativo.

O maior ponto de controvérsia, entretanto, permanece sendo a Licença Ambiental Especial (LAE), incluída no texto pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e mantida pelo Planalto. O instrumento permite acelerar a autorização de empreendimentos considerados “estratégicos”, como a exploração de petróleo na Foz do Amazonas ou grandes obras de infraestrutura. Regulamentada por medida provisória, a LAE prevê prazo de até um ano para análise do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), mas impede que o processo seja realizado obrigatoriamente em uma única etapa. Lula optou por não vetá-la e, em vez disso, editou uma Medida Provisória (MP) para regulamentar seu funcionamento. Isso significa que a LAE já está em vigor, com força de lei e validade imediata, mesmo antes da análise pelo Congresso, que terá 120 dias para decidir se a mantém, altera ou rejeita.

Na coletiva de imprensa, a ministra Marina Silva e outros representantes do governo defenderam a LAE como uma “inovação positiva”, argumentando que o caráter estratégico não implica aprovação automática e que empreendimentos inviáveis podem ser negados. Ainda assim, especialistas alertam que a medida provisória mantém espaço para pressões políticas sobre órgãos ambientais, sobretudo em contextos de governos menos comprometidos com a pauta socioambiental. Até 15 de agosto, parlamentares já haviam apresentado mais de 800 emendas ao texto, incluindo “jabutis” que tendem a ampliar ainda mais a flexibilização.

O cálculo político em torno da LAE evidencia a dificuldade do governo em equilibrar compromissos

ambientais e pressões parlamentares. A antecipação de sua vigência foi interpretada como gesto de deferência a Davi Alcolumbre, aliado estratégico do Planalto, reforçando a tensão entre compromissos internacionais do Brasil e os interesses de grandes empreiteiras, mineradoras e petrolíferas. A secretária-executiva da Casa Civil, Míriam Belchior, chegou a confirmar que projetos como a BR-319 e empreendimentos estratégicos de mineração e petróleo poderão ser analisados no conselho de governo que define a aplicação da LAE.

A polêmica em torno da Licença Ambiental Especial (LAE) ganha ainda mais peso quando relacionada a outros retrocessos legislativos em curso. Paralelamente à edição da Medida Provisória que já coloca a LAE em funcionamento, a Comissão de Direitos Humanos do Senado aprovou um projeto que regulamenta a exploração econômica em Terras Indígenas. O texto permite atividades de altíssimo impacto, como a extração de minerais, inclusive via garimpo, a exploração de petróleo e gás natural, além de prever ecoturismo e etnoturismo nesses territórios.

Mais grave ainda, a proposta revoga dispositivos da Lei 7.805/1989, que assegurava aos povos indígenas a exclusividade sobre a exploração de suas próprias terras e proibia o garimpo nesses territórios. Ou seja, retira garantias históricas e abre espaço para interesses privados avançarem sobre áreas constitucionalmente protegidas.

Nas redes sociais, Lula buscou reafirmar que os vetos asseguram critérios técnicos sólidos, respeito à Constituição, proteção de povos indígenas e quilombolas e segurança jurídica para investidores. Essa narrativa, no entanto, contrasta diretamente com o cenário descrito: de um lado, a Medida Provisória da LAE, que acelera licenças para grandes empreendimentos estratégicos sem garantir a aplicação integral do licenciamento trifásico; de outro, a tramitação de projetos no Congresso que avançam sobre Terras Indígenas, permitindo mineração, petróleo, gás e até o garimpo em áreas constitucionalmente protegidas. Diante dessas contradições, advogados e especialistas alertam que ainda há espaço para contestação no Supremo Tribunal Federal (STF). A Corte já considerou inconstitucionais licenças simplificadas para atividades de grande impacto, o que abre margem para questionamentos sobre a LAE e até mesmo sobre a revogação de garantias históricas previstas na Lei 7.805/1989. Em ambos os casos, o núcleo do problema é o mesmo: a tentativa de flexibilizar instrumentos de proteção ambiental e territorial em nome de interesses econômicos imediatos, colocando em risco não apenas os povos indi-

genas e quilombolas, mas também a integridade dos biomas.

## Conflitos internos e o rebaixamento do governo frente ao PL da Devastação

Uma ala significativa do governo federal chegou a defender a sanção integral do PL 2.159/2021, mesmo diante das críticas de especialistas e movimentos socioambientais. Os ministérios da Agricultura (MAPA) e de Minas e Energia (MME) pressionaram abertamente para que Lula não realizasse vetos, ainda que isso significasse enfraquecer o licenciamento ambiental e abrir caminho para a destruição de biomas e territórios tradicionais.

Um Levantamento da Agência Pública mostrou que, poucos dias após a aprovação do projeto na Câmara, a Casa Civil solicitou manifestação de 17 ministérios, além da AGU e da Secretaria de Análise Governamental. No MME, pelo menos dez departamentos apoiaram a sanção total; já no MAPA, apenas uma coordenação defendeu vetos, propondo inclusive ampliar a autonomia de Estados e Municípios - ponto que acabou rejeitado pelo presidente.

O governo tentou sustentar uma imagem de diálogo e consenso, mas os fatos revelam um Executivo acuado e fragmentado, pressionado por ministérios alinhados a interesses econômicos e pela bancada ruralista. A sinalização de derrubada de vetos por parte do Legislativo deixou clara a dificuldade do governo em manter medidas de proteção ambiental, enquanto a articulação política para preservar os poucos vetos efetivos se mostrou limitada. A reação do Executivo diante do Congresso também expôs fragilidade: até 15 de agosto, já haviam sido apresentadas mais de 800 emendas à medida provisória da LAE, muitas com “jabutis” que ampliam ainda mais as brechas de flexibilização do licenciamento.

Em coletiva à imprensa, a ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, buscou resgatar sua imagem histórica como liderança ambiental ativa, apresentando os vetos como prova de preocupação com a proteção de povos indígenas, quilombolas e da integridade do licenciamento. No entanto, a defesa feita por Marina funciona mais como malabarismo político, reforçando uma narrativa de responsabilidade ambiental que não se traduz em ação concreta para conter os retrocessos.

O resultado é um governo que se mostra rebaixado e fragilizado, tentando equilibrar pressões do agronegócio e da construção civil, mas incapaz de implementar mudanças estruturais que garantam proteção ambiental efetiva. Mesmo com esses vetos, a maior parte da lei segue em vigor, incluindo a LAE e a expansão da LAC para pequenas atividades, mantendo flexibilizações que podem acelerar empreendimentos sem avaliação adequada ou participação da sociedade. Ou seja, os vetos funcionam mais como uma fachada de responsabilidade ambiental, sem mudar a essência do retrocesso do licenciamento no país.

Agronegócio e Clima

# As terras raras no Brasil: o caso de Minaçu

*A exploração do amianto e das terras raras expõe o entreguismo dos minerais estratégicos e as consequências ambientais, sustentados pela precarização do trabalho e pela promessa ilusória de desenvolvimento.*

Por Lucas Ultracultura

No norte de Goiás, Minaçu se tornou símbolo da mineração predatória: única cidade da América Latina que ainda produz amianto - banido em mais de 65 países por causar câncer - e, desde 2024, primeira fora da Ásia a extrair as principais Terras Raras, em operação de uma multinacional. Entre a destruição ambiental, doenças e exploração da população local, o município revela como grandes empresas são responsáveis por tragédias sociais.

Minaçu é um retrato das contradições da mineração no Brasil. O município surgiu em 1962, quando a empresa francesa Sama se instalou na região, criando uma cidade em torno da exploração do amianto. Desde 2024, o município também se tornou a primeira localidade fora da Ásia a extrair Terras Raras, operação conduzida por uma multinacional controlada por um fundo americano. A empresa explora grandes áreas da serra que circunda a cidade para abastecer o mercado chinês, aprofundando a dependência local da mineração.

As terras raras, um conjunto de 17 elementos químicos, tornaram-se insumos estratégicos para a fabricação de turbinas eólicas, motores de carros elétricos, discos rígidos, fones de ouvido e sistemas militares de alta precisão, como radares e guiagem de mísseis. Com a crescente demanda mundial, passaram a ocupar o centro da corrida imperialista pela chamada “transição energética”. O pesquisador Dr. Gilliad Silva alertou em sua coluna ao Correio de Carajás que “o mundo quer nossas terras raras”, evidenciando como esse movimento global encobre uma nova fase de espoliação das riquezas nacionais e de suas populações.

Do amianto às Terras Raras, Minaçu expõe o custo social e ambiental desse modelo: uma população refém do poder econômico das mineradoras, a devastação da natureza e o adoecimento coletivo. “Aqui, antigamente, tinha entupimento de minério. Tal pessoa morreu entupida, a gente falava assim”, relembra o pesquisador Raimundo de Lima em entrevista ao site Agência Pública ao citar as mortes ligadas à exposição ao amianto.

Além de a população de Minaçu ter pago com suas vidas e saúde o preço da mineração em suas terras, o resultado econômico para a classe trabalhadora não é nada satisfatório. Segundo dados do CadÚnico, na última década, 20% da população se encontra em condição de vulnerabilidade social,

e 30% das famílias de Minaçu estão em situação de pobreza. Isso, aliado à falta de diversidade econômica, nos mostra a face mais cruel do capitalismo, em que uma população, para não morrer de fome, contribui pouco a pouco não apenas com sua própria morte, mas também com toda a devastação do meio ambiente.

## Brasil frente à COP 30

O Brasil, com suas vastas reservas (21 mil toneladas correspondente a 20% do subsolo do território nacional), é alvo de uma disputa geopolítica onde potências capitalistas buscam controlar os recursos estratégicos para transição energética da periferia para manter sua hegemonia na chamada “economia verde”, enquanto países como o Brasil ficam na função de “um quintal mineral exportador”. Esta não é uma transição justa, mas sim “uma transição em disputa”, onde os países centrais impõem seu modelo energético enquanto relegam aos países subdesenvolvidos o papel de meras fornecedoras de matérias-primas. No ano da COP 30, a ganância dos poderosos e de seus aliados volta a ser apresentada como se fosse uma “necessidade nacional”. A bandeira da transição energética e da descarbonização é erguida como prioridade, mas sob a lógica do “capitalismo verde”: acelerar mudanças a qualquer custo, ignorando estudos científicos e avançando sobre comunidades tradicionais e territórios.

As Conferências do Clima têm se consolidado como palcos de acordos entre burguesias nacionais e imperialistas que lucram com a crise climática. A COP30, apesar de sua fachada de compromisso com o combate ao aquecimento global, serve essencialmente para legitimar os interesses do capital. O governo brasileiro, sob Lula e Helder Barbalho, mostra-se incapaz de romper com as soluções superficiais que preservam o modelo de desenvolvimento predatório responsável pela própria crise ambiental.

Projetos de “sustentabilidade”, como a aposta em carros elétricos, turbinas eólicas ou sistemas de captura de carbono, são apresentados como resposta à emergência climática. No entanto, quando guiados pela lógica capitalista, tornam-se apenas mais um mecanismo de exploração de minérios estratégicos, intensificação da dependência tecnológica e aprofundamento das

desigualdades.

A ideia de conciliar preservação ambiental com a expansão da economia capitalista não passa de uma falácia. Ao contrário do que se anuncia, a COP 30 não enfrenta a raiz do problema: legítima as mesmas práticas que destroem o planeta, oferecendo uma maquiagem “verde” para o capitalismo, que segue sendo o principal responsável pela devastação ambiental.

## Governo Brasileiro frente à pressão de Trump

A pressão de Donald Trump - que segundo Dr. Gilliad Silva “já começou a cobrar o preço” - expõe a face brutal do imperialismo energético: os EUA exigem acesso irrestrito a esses minerais para sustentar sua indústria verde, enquanto ignoram os impactos socioambientais em países como o Brasil.

Diante desse ataque não só à soberania nacional, mas também ao futuro da nossa economia industrial e do nosso papel produtivo no mundo neste século, o governo Lula-Alckmin segue sua tática de não conciliar nem mais o discurso com a prática, e enquanto Lula diz: “Temos todos os minerais ricos que vocês querem para proteger. E aqui ninguém põe a mão. Este país é do povo brasileiro”, em referência ao governo americano. Semanas depois, o Ministro Haddad, sob pressão das chantagens de Trump em tarifar o Brasil, disse: “Nós temos minerais críticos e terras raras. Os Estados Unidos não são ricos nesses minerais. Nós podemos fazer acordos de cooperação para produzir baterias mais eficientes, na área tecnológica”.

E enquanto o Ministro da Fazenda parece mais preocupado com a eficiência de baterias do que com o controle soberano das riquezas e territórios, a mineração predatória financiada por grandes capitais já coloca seus tentáculos nas Terras Raras Brasileiras.

Enquanto o entreguismo dos minérios estratégicos é vendido de forma ilusória e otimista, avançando em ritmo acelerado, a classe trabalhadora segue submetida ao arcabouço fiscal, à precarização e à ausência de um projeto nacional que garanta condições dignas de vida. Nesse cenário, muitos acabam depositando suas esperanças apenas na promessa de empregos e subempregos que esses empreendimentos anunciam.

Juventude

# Enquanto Lula destina parte do Fundo do Pré-Sal para assistência estudantil, lucros ficam com monopólios



Presidente Lula participa do 60 CONUNE - Congresso da União Nacional dos Estudantes, realizado na UFG. Foto: Bruno Peres/Agência Brasil

O último Congresso da UNE, realizado em Goiânia (GO), foi marcado pela presença do presidente Lula e seus ministros, em um comício. Neste ato, o presidente sancionou a Lei 15.169/25, que destina recursos do Fundo Social do Pré-Sal às políticas de assistência estudantil nas instituições federais de ensino superior e técnico. A medida foi celebrada por setores governistas como uma ampliação dos recursos para a assistência estudantil.

A mudança na distribuição de recursos não impacta o montante dos valores do Fundo Social. Na verdade, a lei faz parte de um conjunto de medidas anunciadas pelo governo, em acordo com o Congresso, que visam ajustar as contas públicas e cumprir com as metas fiscais. Uma vez que o aumento da arrecadação através do aumento no IOF e taxando aplicações financeiras causou muito desgaste político e não atingiu os objetivos de arrecadação iniciais, outras medidas deveriam ser tomadas para alcançar os valores esperados pelo governo. Assim, a Lei do Pré-Sal passou por uma série de mudanças. Entre elas, ficou permitido que a União fizesse leilões de sua parte nos lucros em situações de “individualização da produção” – quando diferentes petroleiras precisam atuar juntas porque uma mesma jazida de petróleo se estende por áreas exploradas por mais de uma empresa. Isso não se daria em áreas novas, mas em locais com exploração ativa, como nos campos de Tupi, Mero e Atapu, na Bacia de Santos. Essa mudança pode garantir R\$ 15 bilhões em arrecadação imediata, um número potencial-

mente muito inferior do que uma exploração por parte de uma empresa estatal poderia gerar de recursos diretos e indiretos.

## Os Recursos do pré-sal

A Lei do Pré-Sal estabeleceu, em 2010, as regras para exploração privada dos recursos, bem como a distribuição dos lucros adquiridos com a extração. De forma simples e resumida, esse dinheiro chega para o orçamento público a partir de três formas:

- **bônus de assinatura:** o valor do leilão, quanto as empresas oferecem para explorar aquela região, após a Petrobrás não exigir seu direito de preferência;
- **royalties:** valores pagos mensalmente pelas empresas no montante de 15% sobre o valor da produção.
- **excedente em óleo:** a parte do petróleo que sobra depois de descontados os custos de operação e os royalties. Nos contratos de leilão, está definido qual porcentagem desse excedente fica com a empresa e qual vai para a União.

## O Fundo Social

Dentro de todos os recursos arrecadados com a partilha do pré-sal, uma parcela, principalmente dos royalties e dos bônus de assinatura, é destinada ao Fundo Social. Até o ano passado, os recursos do pré-sal deveriam ser utilizados exclusivamente para financiar o desenvolvimento social e regional no combate à pobreza e investimento nas áreas de educação, cultura, esporte, saúde, ciência e

tecnologia, e no meio ambiente.

O governo Lula aprovou alterações na lei que incluem uma série de novas responsabilidades ao Fundo Social, como a mitigação das mudanças climáticas e o enfrentamento às calamidades públicas; a infraestrutura social; a habitação social; a infraestrutura hídrica; a segurança alimentar e nutricional; a defesa dos direitos e dos interesses dos povos indígenas; entre outras.

O financiamento dessas áreas é necessário e urgente. Mas a acomodação dessas responsabilidades dentro do Fundo Social esconde o sistemático desinvestimento nas políticas públicas – estabelecido a partir do Novo Teto de Gastos, o Novo Arcabouço Fiscal, de Fernando Haddad –, que não conseguem se financiar com seus próprios orçamentos e dependem de outras fontes de financiamento. Tal medida é similar à inclusão do programa Pé-de-Meia nos pisos mínimos constitucionais da educação, onde a inclusão de “novas responsabilidades” achata os valores disponíveis para financiar os outros custos. Outra inclusão na Lei do Pré-Sal é a autorização de utilização de R\$ 20 bilhões para disponibilizar linhas de crédito para o capital privado adquirir equipamentos danificados em decorrência de calamidades públicas.

As medidas, implementadas enquanto o governo garantia a destinação de recursos para a assistência estudantil, demonstram um enfraquecimento dos objetivos iniciais do Fundo Social, um movimento que já é observado há muitos anos.

## Um Balanço da Lei

Até aqui, o Fundo Social vem se enfraquecendo. Antes das recentes mudanças, também não havia uma estrutura de governança pública, transparência e participação popular na definição da destinação dos recursos. Foram mais de R\$ 180 bilhões arrecadados até 2023, segundo o Tribunal de Contas da União, mas sobraram apenas R\$ 30 bilhões. Durante o governo Bolsonaro, em apenas dois anos, R\$ 64 bilhões foram gastos (ou 35,5%) para garantir o pagamento da dívida pública. O professor Daniel Cara, coordenador honorário da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e professor na Faculdade de Educação da USP, critica à VEJA que “Não há uma distribuição transparente dos recursos, e mesmo os repasses declarados para a educação não necessariamente chegaram onde deveriam”. Por outro lado, a previsão de arrecadação até 2032 é de mais de R\$ 900 bilhões, que devem ter mais transparência e responsabilidade no uso dos recursos – algo que já era previsto na lei e foi exigido pelo TCU, e foi contemplado pelo menos no texto da nova lei.

## O problema da privatização do petróleo brasileiro

Para além das questões envolvidas diretamente nas mudanças da Lei do Pré-Sal, que amplia a possibilidade de leilões e insere mais e diversas responsabilidades nos gastos do Fundo Social, vemos que a riqueza que o petróleo poderia proporcionar ao país, possibilitando investimentos profundos no desenvolvimento tecnológico e científico, na produção estatal e nos serviços públicos, está sendo drenada para os bolsos de grandes empresas petroleiras internacionais.

No início do mês de agosto, a British Petroleum (BP) anunciou a descoberta do maior reservatório de petróleo no Brasil em 25 anos, na Bacia de Santos. O bloco foi adquirido em 2022 por apenas R\$8,8 milhões e com divisão do excedente em óleo em apenas 5,9% para a União. Ou seja, uma área que poderia ser explorada pela Petrobrás e gerar recursos e empregos no Brasil, mas o desmonte da empresa nas últimas gestões (e que não foi revertido pela atual gestão) impede que isso seja feito.

Embora a Petrobrás ainda seja a maior produtora de petróleo do Brasil, o capital privado vem crescendo sua participação. A alta da produção entre abril de 2024 e abril de 2025 foi de 10,5% para a estatal brasileira, enquanto a Shell, segunda maior produtora do país, teve alta de 15,7% na comparação anual, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Com os leilões e a perda contínua na capacidade produtiva da Petrobras, a tendência é que o mercado estrangeiro ganhe cada vez mais força, com repasses menores aos entes federativos e impondo a necessidade de exportação de combustível mais caro dos países centrais do capitalismo.

Sindical

## Servidores Federais estão em mobilização pelo cumprimento dos acordos de greve e contra a Reforma Administrativa

*Passado mais de um ano desde a última greve dos servidores das Instituições Federais de Ensino, o acordo negociado com o governo ainda não foi cumprido. Unidas entre si, entidades de representação dos servidores federais cobram os compromissos firmados pelo Ministério da Educação e mobilizam as bases para pressionar o governo.*

Para honrar seu compromisso com a política de asfixia dos serviços públicos, o governo Lula joga para escanteio as demandas do funcionalismo público federal e se alia ao presidente da Câmara dos Deputados Hugo Motta para encaminhar ainda este ano a Reforma Administrativa (PEC 32). Frente às vacilações do governo, a resposta do Fórum Nacional dos Servidores Públicos Federais (FONASEFE) foi aumentar a pressão e a mobilização da categoria, pela convocação de um calendário de lutas durante o mês de agosto.

A greve dos servidores federais, realizada entre março e junho de 2025, acabou com a assinatura do Acordo de Greve nº 11/2024, em que o governo se comprometeu a atender três das principais demandas dos(as) Técnicos(as)-Administrativos em Educação (TAEs), sendo elas a “revisão das condições para concessão do adicional de insalubridade e periculosidade”, “devido encaminhamento proposto pelas entidades sobre a democratização das Instituições Federais de Ensino”, “retorno à discussão sobre a redução da jornada para 6h diárias (30 horas semanais)”. Estas pautas, até o momento, não receberam encaminhamento concreto.

As negociações entre o governo e os sindicatos têm acontecido na Mesa Setorial de Negociação Permanente (MSNP), grupo de trabalho estabelecido após o acordo de greve para dar encaminhamento às demandas. Em um ano, apenas duas reuniões ocorreram. A última, realizada ao final de julho deste ano, foi criticada por sequer constar na pauta – elaborada unilateralmente pelo MEC – as reivindicações dos TAEs. Em resposta, os representantes do ministério prometeram uma nova reunião para discuti-las, ainda sem data. Demandas de outros setores do funcionalismo federal, como dos docentes do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), também não receberam encaminha-

mentos efetivos, mas apenas a reafirmação de compromissos do MEC, que justifica a demora acusando responsabilidade a outros ministérios, como a Casa Civil e o da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

A citada Mesa de Negociação, que naquele momento serviu para estancar a greve, demonstra cada vez mais seus limites: a tática do governo é cozinhar os servidores com meias-palavras, enquanto, nas suas costas, prioriza o andamento da sua agenda de austeridade – este sim, um compromisso inadiável do governo com os monopólios financeiros que comandam o Estado, que tem no Novo Teto de Gastos sua mais cristalina expressão. Tal situação exige dos trabalhadores uma postura não só crítica, mas absolutamente independente do governo, de oposição aberta e declarada, pois, sem isso, restará à classe trabalhadora ficar refém da Frente Ampla de Lula-Alckmin, cujo comando político está, evidente e inquestionavelmente, nas mãos da burguesia. Eis porque a política-econômica deste governo não pode receber outro nome senão neoliberal e burguesa, de caráter essencialmente antipopular.

Frente à “intransigência política mascarada pela transigência da negociação” do governo, o FONASEFE dá uma importante resposta, convocando um calendário de lutas para agosto que inclui desde manifestações em aeroportos para pressionar deputados até discussões e seminários sobre os impactos da Reforma Administrativa, mas também aposta – principalmente – na rearticulação dos fóruns de luta estaduais que tiveram papel importante para barrar o andamento da PEC 32 anteriormente. A convocação se dá não só para os trabalhadores desta categoria afetada diretamente, mas visa a alcançar e unificar em uma só luta também as demais categorias, que serão afetadas direta e indiretamente pela reforma.

## Brasil registra recorde de feminicídios e alta de violência policial contra crianças e adolescentes

*O fortalecimento da militarização das polícias e o sucateamento de políticas destinadas à segurança e manutenção da vida afetam brutalmente mulheres e jovens negros que são invisibilizados e marginalizados.*



Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública publicado no último mês, o ano de 2024 registrou recorde no número de feminicídios e de mortes violentas de crianças e de adolescentes vitimados pela violência policial. Além disso, dentre os dados compilados no anuário, é destacado que a queda no número geral de assassinatos neste ano está diretamente relacionada ao aumento nos números de desaparecimentos em estados com maiores índices de violência, o que pode distorcer os dados em relação às mortes violentas, devido à prática de descartes de corpos de vítimas de execução.

### O perfil das vítimas de feminicídio no Brasil

O número oficial de feminicídios registrados em 2024 foi de 1.492, e o estudo indica que as vítimas são majoritariamente mulheres negras (63,6%), de 18 a 44 anos (70,5%), que são mortas dentro de casa (64,3%) por seus companheiros ou ex-companheiros (79,8%), que utilizam de arma branca (48,4%) ou arma de fogo (23,6%) como instrumento do crime.

Dez anos se passaram desde a implementação da Lei do Feminicídio, e apesar da pena para este crime ter sido elevada, isso não diminuiu os altos índices de casos de mulheres que sofrem violência de gênero. Os números demonstram, na realidade, uma tendência de crescimento nos últimos anos.

Somente no estado de São Paulo, foram registrados 253 feminicídios em 2024. Nesse mesmo ano, matéria publicada no jornal O Futuro demonstrou que o Governo de Tarcísio Freitas congelou 96% do orçamento que deveria ser direcionado às ações de combate à violência contra a mulher.

Os cortes de orçamento destinados ao enfrentamento das diversas

violências de gênero, impulsionados pela lógica de ajuste fiscal permanente no país, representam uma ameaça explícita à vida das mulheres. Sob essa lógica, têm seu sofrimento invisibilizado por governos que se recusam a combater as causas das violências de gênero em nosso país, recorrendo a discursos demagógicos, à “esquerda”, ou abertamente misóginos, à direita.

### Crianças e adolescentes são as principais vítimas de mortes por violência policial e desaparecimentos

Em 2024, os números de crianças e adolescentes vitimados pela violência policial cresceram 4%, totalizando 2.356 vítimas. Assim como nos anos anteriores, as principais vítimas da letalidade policial são jovens negros.

Além disso, os casos de desaparecimentos subiram de 77.725, em 2023, para 81.873, em 2024. De acordo com dados do Mapa dos Desaparecidos no Brasil, a maioria das pessoas desaparecidas são homens (62,8%), adolescentes e jovens (53,5%), negros (54,3%), que desaparecem entre sexta e domingo. Este é o mesmo perfil das vítimas de homicídio e da letalidade policial.

O contínuo sucateamento e desmonte de políticas que sejam verdadeiramente voltadas à segurança da classe trabalhadora pode ser verificado facilmente. Ao mesmo tempo, investimentos multibilionários são feitos nos aparelhos de repressão do setor policial. Mesmo gestões estaduais comandadas por partidos considerados progressistas, como a do PT na Bahia, impulsionam a violência policial como solução demagógica para “proteger” o povo, em detrimento de medidas que sejam capazes de garantir a segurança da classe trabalhadora.

Economia

# Planos de saúde lucram às custas do SUS e ignorando a regulamentação do setor

Com respaldo da Agência Nacional de Saúde e com forte influência em Brasília, os planos de saúde têm no SUS e nos benefícios do Estado os fiadores ideais para enfrentar a crise de seu financiamento.

Os planos privados têm se notabilizado, nos últimos anos, por reajustes exorbitantes, coberturas restritas e uma atuação política agressiva para garantir seus lucros, mesmo que isso signifique precarização dos serviços oferecidos. A história do sistema de saúde suplementar no Brasil é marcada, desde seu surgimento na passagem para a segunda metade do século XX, por conflitos entre os detentores dos serviços hospitalares e os consumidores desses serviços. Na teoria, trata-se de um setor que deveria ser uma alternativa ao Sistema Único de Saúde (SUS), mas na prática mostra-se um complexo mecanismo de abusos de contratos, fragilidades e um poderoso vetor de pressão pela privatização e desmonte do SUS.

## Cobranças abusivas e uma cobertura frágil

A promessa de acesso rápido e de qualidade a serviços de saúde, vendida pelas operadoras, contrasta com a realidade. Reajustes anuais que superaram a inflação, somados a uma cobertura cada vez mais restritiva, tornaram-se o modo de atuação dos planos de saúde, o que tem gerado uma série de denúncias. A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que deveria regular o setor, tem sido, em muitos casos, aliada das operadoras, chancelando aumentos e propostas que fragilizam o direito à saúde.

Os reajustes anuais são um dos principais pontos de atrito. Embora a ANS estabeleça tetos para os planos individuais e familiares (6,06% em 2025 e 6,91% em 2024), esses limites não são aplicados para a grande maioria dos usuários, já que os planos coletivos representam mais de 80% dos contratos e não estão sob regulamentação dos tetos da agência. Na prática, ocorrem aumentos de até 100% em um ano, gerando insegurança e vulnerabilidade extrema para os beneficiários que contam com o seguro contratado.

Além dos reajustes, a cobertura dos planos tem sido um ponto de crescente insatisfação. A proposta de planos “minimalistas”, defendida pelas operadoras e pela ANS, exemplifica essa precarização. A Resolução Normativa 621 da ANS, de dezembro de 2024, permitiria a venda de planos que cobririam apenas consultas e

exames, excluindo atendimento ambulatorial, internações e tratamentos complexos. Na prática, são planos com preço ligeiramente menor do que os valores “habituais”, entregando um produto de baixa qualidade e que não garante qualquer segurança em saúde, já que não há cobertura para internações e procedimentos complexos. Trata-se, portanto, de uma flexibilização regulatória, que rompe com a Lei 9656, elaborada em 1998 frente a necessidade de maior regulamentação desse setor.

As consequências dessa política são visíveis no crescente número de reclamações. Em 2023, foram mais de 450 mil queixas, sendo que o biênio 2023-24 conteve os recordes da série histórica de reclamações. Esses números são um reflexo da insatisfação dos consumidores com os reajustes abusivos, a negativa de cobertura e a dificuldade de acesso a procedimentos e tratamentos essenciais.

## O lucro às custas do Estado

Por trás da precarização dos planos de saúde, há um poderoso lobby do setor privado, que busca expandir seus lucros através de negociações e influência sobre a política institucional. Esse movimento tem se intensificado, com as operadoras transformando seu poder econômico em influência política, inclusive por meio do financiamento de campanhas e da atuação direta no Congresso Nacional.

O discurso da “integração com o SUS” é a principal tática para justificar a transferência de custos e responsabilidades para o sistema público. Sob o pretexto de suplementar o SUS, as operadoras buscam respaldo legal para que o sistema público arque com o ônus dos tratamentos de alta complexidade ou de pacientes que se tornam “caros demais” para a saúde suplementar. Essa prática, já velada, seria institucionalizada com a aprovação de propostas como os planos “minimalistas”, que, ao não cobrirem procedimentos essenciais, encaminhariam os usuários aos cuidados do SUS, se desresponsabilizando pela assistência aos seus segurados.

O mercado de planos de saúde no Brasil se expandiu nas últimas décadas com forte apoio do financiamento público. Esse processo contou



Reprodução/Foto: B3 / IPO da Hapvida.

com diferentes mecanismos: concessão de crédito subsidiado para a construção de hospitais e aquisição de equipamentos; reconhecimento de instituições lucrativas como “filantrópicas”, garantindo isenções fiscais e previdenciárias; e a possibilidade de dedução dos gastos com planos privados no imposto de renda. Soma-se a isso à obrigação legal de ressarcimento ao SUS pelos atendimentos prestados a usuários de planos, que na prática se mostra pouco efetiva, marcada por atrasos, valores inferiores ao devido e elevada inadimplência.

O lobby da saúde privada não se limita a propostas de desregulação. Ele também atua para impedir avanços na legislação que poderiam beneficiar os consumidores e fortalecer o SUS. Projetos de lei que visam atualizar a Lei dos Planos de Saúde de 1998, como o PL 7419/2006, enfrentam forte resistência do setor e dos seus representantes em Brasília.

A situação dos planos de saúde no Brasil na última década é mais um processo que escancara o caráter de classe do Estado brasileiro. Quando um setor empresarial vê a diminuição da sua margem de lucro, o risco é terceirizado para a estrutura estatal, enquanto os lucros seguem sendo sacados pelos seus sócios.

Para o setor de saúde brasileiro (no qual atuam cada vez mais complexos internacionais de saúde), o SUS mostra-se como um lucrativo garantidor de lucro, proporcionando um negócio sem risco: quando a margem de lucro é minimizada, terceiriza-se a assistência ao sistema público, sem qualquer compromisso com a obrigação de ressarcimento ao SUS e com a certeza de dívidas perdoadas ao longo dos anos.

## Direito ou mercado: um impasse estrutural

A trajetória dos planos de saúde no Brasil demonstra que a lógica da saúde suplementar não se organiza em torno da garantia do direito, mas da mercantilização de um serviço essencial. Reajustes abusivos, propostas de planos restritivos e a transferência sistemática de custos ao SUS revelam um setor que opera com risco mínimo para os empresários e risco máximo para a população. A atuação da ANS, ao invés de proteger os usuários, tem frequentemente consolidado práticas que ampliam a insegurança dos consumidores, permitindo a continuidade de abusos contratuais e da exclusão do atendimento de alta complexidade.

Esse cenário evidencia a contradição essencial entre o fortalecimento de um sistema público universal e a expansão de um mercado privado sustentado por renúncias fiscais, privilégios legais e perdão de dívidas. A coexistência entre o direito à saúde pública e o oferecimento de serviços privados em saúde, que foi tema central na fundação do SUS e na 8ª Conferência Nacional de Saúde, reafirma-se como inviável, como já defendiam alguns setores naquele período.

Ao reduzir sua responsabilidade sobre os beneficiários, as operadoras transformam o SUS em fiador de sua lucratividade, esvaziando a lei de 1998 e bloqueando avanços legislativos que poderiam conter os abusos. A consequência é um ciclo de privatização velada e permanente ameaça de desmonte do SUS, que permanece como único garantidor real do direito à saúde para a esmagadora maioria da população brasileira.

Assine nossa campanha de financiamento em [apoia.se/jornalofuturo](https://apoia.se/jornalofuturo) ou pelo QRcode e receba o jornal em sua casa mensalmente



Para colaborar através do PIX utilize o QRcode a seguir ou através da chave: [contato@jornalofuturo.com.br](mailto:contato@jornalofuturo.com.br)

